

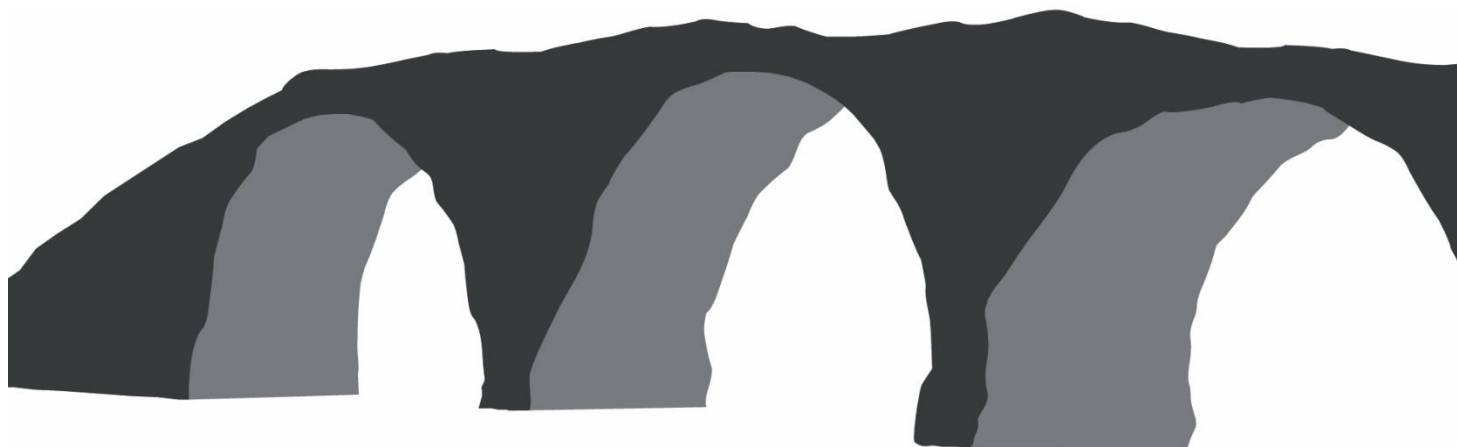
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 18 | Número 1 | Janeiro – Junho 2024  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

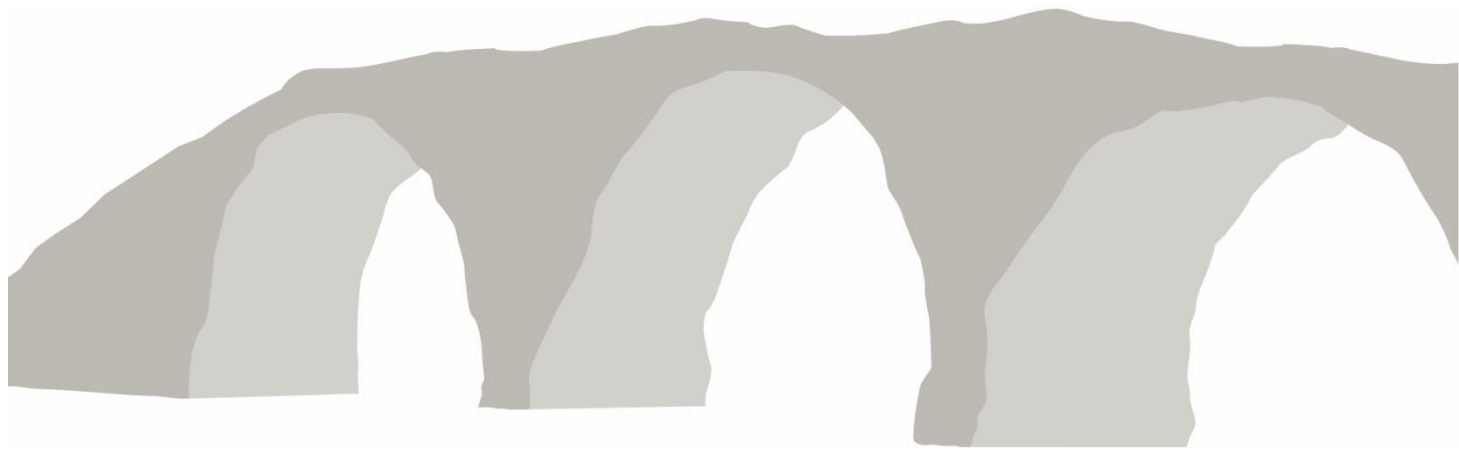
**MAPAS COLONIAIS E ARQUEOLOGIA:  
UMA ANÁLISE PÓS-PROCESSUAL DA PAISAGEM DA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO NOS SÉCULOS XVI E XVII**

**MAPAS COLONIALES Y ARQUEOLOGÍA:  
UN ANÁLISIS POSPROCESUAL DEL PAISAJE DE LA CIUDAD DE RÍO DE  
JANEIRO EN LOS SIGLOS XVI Y XVII**

**COLONIAL MAPS AND ARCHAEOLOGY:  
A POST-PROCESSUAL ANALYSIS OF THE LANDSCAPE OF THE CITY OF RIO  
DE JANEIRO IN THE 16TH AND 17TH CENTURIES**

Pedro de Carvalho Brandão Soares





*Submetido em 24/10/2023.*

*Revisado em: 25/11/2023.*

*Aceito em: 28/11/2023.*

*Publicado em 29/01/2024.*

**MAPAS COLONIAIS E ARQUEOLOGIA:  
UMA ANÁLISE PÓS-PROCESSUAL DA PAISAGEM DA CIDADE DO RIO DE  
JANEIRO NOS SÉCULOS XVI E XVII**

**MAPAS COLONIALES Y ARQUEOLOGÍA:  
UN ANÁLISIS POSPROCESUAL DEL PAISAJE DE LA CIUDAD DE RÍO DE  
JANEIRO EN LOS SIGLOS XVI Y XVII**

**COLONIAL MAPS AND ARCHAEOLOGY:  
A POST-PROCESSUAL ANALYSIS OF THE LANDSCAPE OF THE CITY OF RIO  
DE JANEIRO IN THE 16TH AND 17TH CENTURIES**

Pedro de Carvalho Brandão Soares<sup>1</sup>

---

RESUMO

Este artigo mapeia os sítios arqueológicos dos séculos XVI e XVII da Baía de Guanabara, localizada no estado do Rio de Janeiro, e analisa sua representação na cartografia da época. Realizam-se plotagens dos sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) por meio de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e imagens de satélite. Em seguida, são comparadas as geolocalizações dos sítios plotados com sua representação na cartografia da época, marcada por uma mentalidade colonialista. A cartografia é entendida enquanto fonte para discorrer sobre o passado, ou seja, como um documento histórico. Analisa-se também a cartografia enquanto formadora de uma paisagem colonial e um imaginário europeu sobre o território brasileiro, estabelecendo-se uma relação entre cartografia e dominação territorial – no contexto da época, entre cartografia e colonização. A paisagem representada nos mapas coloniais é entendida no viés da Arqueologia Pós-processual, ou seja, como uma imagem subjetiva, mediada entre o sujeito e o ambiente que o cerca.

**Palavras-chave:** Arqueologia histórica, cartografia histórica, sítios coloniais.

---

<sup>1</sup> Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional, UFRJ. Rua Hugo Panasco Alvim 135, apartamento 302, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: [pedrobrandao2303@gmail.com](mailto:pedrobrandao2303@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1402-1158>.

## RESUMEN

Este artículo mapea los sitios arqueológicos de los siglos XVI y XVII en la Bahía de Guanabara, ubicada en el estado de Río de Janeiro, y analiza su representación en la cartografía de la época. Los sitios arqueológicos registrados en el Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se mapean por medio del Sistema de Información Geográfica (SIG) e imágenes satelitales. Luego, se comparan las geolocalizaciones de los sitios trazados con su representación en la cartografía de la época, marcada por una mentalidad colonialista. La cartografía se entiende como una fuente para discutir el pasado, es decir, como un documento histórico. También se analiza la cartografía como creadora de un paisaje colonial y de un imaginario europeo sobre el territorio brasileño, estableciendo una relación entre cartografía y dominación territorial – en el contexto de la época, entre cartografía y colonización. El paisaje representado en los mapas coloniales se entiende desde la perspectiva de la Arqueología Posprocesual, es decir, como una imagen subjetiva, mediada entre el sujeto y el entorno que lo rodea.

**Palabras clave:** Arqueología histórica, cartografía histórica, sitios coloniales.

## ABSTRACT

This article maps the sixteenth and seventeenth centuries archaeological sites in Guanabara Bay, located in the state of Rio de Janeiro and analyses its coeval cartographic representation. The archaeological sites, registered at the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) website, are plotted using Geographic Information System (GIS) and satellite images. Then, the plotted site's geolocations are compared with their sixteenth and seventeenth century cartographic representation, imbued by a colonialist mentality. The cartography is understood as a source to discuss about the past, that is, as a historical document. Cartography is also analysed as formative of a colonial landscape and a European imaginary about the Brazilian territory, establishing a relation between cartography and territorial domination – in their historical context, between cartography and colonization. The landscape represented in the colonial maps is understood in the light of Post-Processual Archaeology, that is, as a subjective image, mediated between subject and the surrounding environment.

**Keywords:** Historical archaeology, historical cartography, colonial sites.

## INTRODUÇÃO

Os mapas são valiosos documentos históricos, fontes preciosas para o entendimento do espaço, da paisagem, das alianças político-religiosas e das cosmovisões de seus autores. Muito mais do que simples desenhos em uma superfície, demonstram, em seus traçados, a subjetividade dos que os produziram, o que consideravam importante relatar. Silenciam, inclusive, aquilo que era importante escamotear.

Um mapa, de acordo com Lapaine *et al.* (2021), é um meio projetado para comunicação de informações espaciais e relações generalizadas. Pode-se depreender, portanto, que é um instrumento utilizado para comunicação. Para Buisseret (2003, p. XI) os estudos cartográficos na década de 1970 e 1980 aprofundaram o entendimento do potencial histórico dos mapas. A definição de o que é um mapa se tornou mais precisa e extensiva e estes artefatos passaram a ser compreendidos em seus contextos socioeconômicos.

Buisseret (2003, p. XI) afirma ainda que pesquisadores conseguiram demonstrar com sucesso que mapear é um impulso que parece ser universal em todas as sociedades humanas. Essa prática parece estar presente desde 25000 AEC como nos aponta Kainz (2020, p.53).

Interessante perspectiva propõe Monmonier (1991) ao apontar as diversas formas que um mapa pode e inclusive deve mentir, na medida em que representar um mundo tridimensional em uma superfície plana já é uma distorção da realidade. Dessa forma, cartografar é necessariamente uma visão incompleta da realidade. Ao representarem-se certos elementos, outros não são representados. Em suma, depende de escolhas de seu autor.

Um exemplo da afirmação exposta é a concepção do “Velho Mundo”<sup>2</sup> em diferentes contextos temporais. Conforme aponta Rodrigues (2010, p.2), na Idade Média, as representações da Terra seguiam o modelo T-O ou tripartite, onde os três continentes conhecidos - África, Ásia e Europa - eram divididos em formato de T pelos rios que os cortavam<sup>3</sup> e circundados por água em formato de O, como exemplificado na Figura 1. O centro era ocupado por Jerusalém e o Paraíso, o topo do mundo.

O mapa exposto na Figura 1 não apresenta uma “visão incorreta” da Terra, mas sim uma percepção fortemente católica, na qual temas religiosos eram os centros organizadores do cosmos. Não à toa, Jerusalém era tido como centro do mundo nos mapas de estilo T-O.

Dentro do que foi exposto até aqui, esses artefatos não devem ser compreendidos enquanto “incorretos” ao apresentarem representações “pouco precisas” da realidade quando comparadas às contemporâneas, mas enquanto possíveis e importantes instrumentos para melhor compreensão de determinado momento histórico e suas dinâmicas espaciais. Woodward (2007, p.7) deixa claro que adotar mapas que sejam, aos olhos de hoje, “geograficamente exatos” é um anacronismo histórico; ao se perseguir essa ideia, perde-se o valor cultural de outras mensagens que os mapas podem passar. Assim como Black (2005, p.11) demonstra, os mapas devem ser entendidos enquanto documentos históricos que nos informam acerca da interpretação do espaço e das relações espaciais dos cartógrafos e de seu período, bem como os modos pelos quais esses fatores se alteraram ao longo do tempo.

---

<sup>2</sup> O termo será mantido como forma de expor a dicotomia presente na documentação entre Novo e Velho Mundo.

<sup>3</sup> O rio Tanais, atual rio Don, à esquerda em horizontal, separava a Ásia da Europa. O rio Nilo, à direita em horizontal, separava a Ásia da África. E o mar Mediterrâneo, central e vertical, separava a Europa da África.

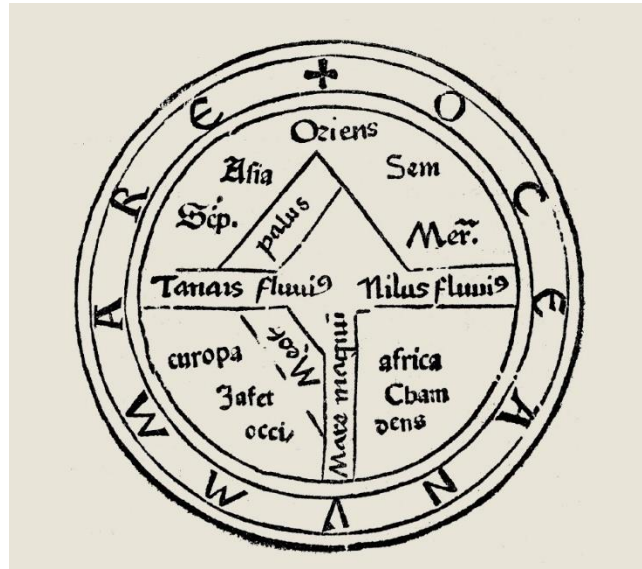


Figura 1. Mapa estilo TO de Isidoro de Sevilha. Versão do século XV. O original fora escrito no século VII. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/historica-cartographica-brasilis-in-biblioteca-nacional/cartografia-medieval/>.

[cons. 24 out. 2023]

## VIÉS TEÓRICO

Levando em consideração a argumentação previamente exposta, os mapas devem ser analisados, assim como propôs Smith (2007, p.1), enquanto produtos de seu tempo e contexto social, uma mediação entre o autor e os diversos fatores que compreendem a paisagem, bem como o entendimento desta. São, em última instância, portadores de memória. A autora vai além: os mapas são redes de signos diversos, de intertextualidade; enquanto documentação histórica, não significam uma verdade incontestável e neutra sobre a paisagem e seus elementos, mas denotam a importância das experiências subjetivas na representação desta. No seu tempo de feitura, os mapas coloniais foram utilizados por motivos políticos para representar conhecimento da paisagem e domínio metropolitano para dela se utilizar.

Estes mapas, no contexto da colonização, continham informações divergentes da paisagem, uma imagética composta de elementos como assentamentos ameríndios, do interior e seus mitos, e dos mares repletos de monstros. Assim, tornam-se fontes relevantes para questionamentos a respeito das subjetividades sociopolíticas de seus autores. No contexto comercial e político das expansões marítimas, os mapas representavam cenas do cotidiano, ilustrações e relatos das riquezas de determinado local e suas especiarias a serem exploradas pelas metrópoles colonizadoras. A própria formação territorial se deu pela forma como os colonizadores compreendiam a paisagem, expressa na cartografia da época (Menezes, 2011, p.2). Desse modo, o mapa foi entendido nesse artigo enquanto produtor do espaço, não apenas como um relato neutro de sua realidade objetiva.

A noção superexposta faz eco no paradigma pós-processualista. A paisagem, entendida enquanto um construto humano, é dinâmica e contextual. Exhaustiva bibliografia já foi produzida a respeito deste debate (Anschuetz, Wilshusen & Scheick 2001; Ashmore, 2004; Ashmore & Knapp, 1999). Tendo por base os apontamentos sobre o conceito de paisagem elaborados pela Arqueologia pós-processual, percebemos o quão fecunda é a utilização de mapas históricos para os estudos de sítios arqueológicos. Se o mundo é tido como

artefato, os mapas seriam as formas de entendimento deste artefato pelos cosmógrafos e como estes nos apresentam múltiplas leituras do mundo, que, por sua vez, aprofunda nossa visão da subjetividade humana.

Partindo do pressuposto de uma não separação entre humanidade e o espaço que ocupa, os questionamentos paisagísticos se tornam também questionamentos da materialidade interesse principal da arqueologia. Compreendendo a paisagem enquanto dinâmica, negociada culturalmente, como espaço de representações, não neutra, como nos apontam Anschuetz, Wilshusen e Scheick (2001, p.160), a paisagem não se resume a seus componentes físicos. Compreende espaços de sociabilidade, repleta de significados culturalmente estabelecidos e negociados, vivenciados pelos que ali habitam e transitam; não é um pano de fundo onde as ações humanas se desenrolam.

Como a realidade objetiva jamais é apreendida em si e em sua totalidade, mas baseada nas mediações do sujeito com o ambiente que o cerca, a paisagem é sempre relativa e seus significados, mutantes, contingentes (Ashmore, 2004, p.264). Em síntese, como Ashmore & Knapp (1999) defendem, as paisagens estão em constante troca e interação com grupos sociais. Moldam-nos e são por eles moldadas. Perpetuam memórias, cultos, heranças, mitos, situam identidades e funcionam como ordenadoras sociais, podendo ser sempre ressignificadas.

Para a realização destas análises, a utilização de mapas pela arqueologia não poderia ser mais útil. A Arqueologia da paisagem, muito voltada para os estudos dos ambientes e espaços pretéritos, pode beneficiar-se da profundidade temporal destes artefatos. Documentos escritos às vezes não relatam alterações paisagísticas ou não transmitem com a mesma facilidade informações de cunho visual tanto quanto linguagens pictóricas. Aliados aos SIGs (Sistemas de Informação Geográfica), os mapas podem ser, inclusive, ferramentas exploratórias para localização e pesquisa de sítios ainda não registrados, bem como para reconstruções paisagísticas de elementos espaciais em outros *softwares*.

#### APLICAÇÃO METODOLÓGICA

Na disciplina arqueológica, tempo e espaço estão interligados: as análises e interpretações sempre dependeram de conjuntos materiais ou achados arqueológicos que são geograficamente localizáveis (Gillings, Hacıgüzeller, & Lock 2020, p.2). Conclui-se, portanto, que é uma ciência inerentemente espacial, posto que analisa materiais localizados em determinado ponto no espaço geográfico (Wheatley, & Gillings, 2002, p.1).

Enquanto um sistema unificado de referências, os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) são caracterizados pela capacidade de integração, manipulação e gerenciamento de informações espaciais, podendo alinhar dados obtidos de diversos sistemas de informação geoespacial em um único *software*, sendo uma ferramenta útil para arqueólogos e historiadores que acumulam grande quantidade de dados, permitindo correlacionar achados arqueológicos com sua localização geográfica (Tokmakidis, Kalyvioti & Nanakou, 2004, p.10). São também ideais na geração de mapas temáticos que podem facilitar análises de variados questionamentos, como a dispersão de materiais arqueológicos (Wheatley & Gillings, 2002) e utilização da paisagem pretérita (Kvamme, 2006, p.2).

De acordo com Câmara e Medeiros (1998, p.1), o Geoprocessamento baseia-se técnicas computacionais e matemáticas, fornecendo ferramentas para que determinado fenômeno geográfico possa ser analisado individualmente e em relação a outros fenômenos. Entretanto, Câmara e Monteiro (2001, p.7) ressaltam que

para isso é necessário que os especialistas em suas respectivas áreas transformem os conceitos de suas disciplinas em operações computacionais.

Feitas estas ressalvas e levando em consideração o domínio do pesquisador por este tipo de *software*, é visível a relevância do SIG e sua aplicação no georreferenciamento de sítios arqueológicos. Os SIGs oferecem dados locais de pixels, pontos, linhas e polígonos no espaço. Quando combinados com as capacidades analíticas do SIG, o sensoriamento remoto baseado em satélite pode revelar padrões de elementos antigos visíveis na paisagem. Permitem aos arqueólogos compreender relações complexas entre pessoas e seu ambiente, como localizações de assentamentos, impacto da disponibilidade e limitações de recursos, prática no uso de terra que provém *insights* sobre processos duradouros de organização social, política e econômica. Para Hritz (2014, p.262), uma visualização de cima pode inclusive ajudar os pesquisadores a compreenderem padrões de assentamento.

É necessário, no entanto, cautela ao mapear. Cabe ao arqueólogo não interpretar os sítios enquanto compondo zonas culturais. Há grande diferença entre mapear sítios e mapear culturas (Lyman, O'Brien, & Dunnell, 1997, p.18), caso contrário, retorna-se ao paradigma histórico-culturalista de zonas culturais, há muito superado (Binford, 1962). Um aldeamento Tupi-Guarani de contato, por exemplo, adquire um significado mais amplo quando relacionado a dados qualitativos relativos à distribuição do grupo e localização do sítio na paisagem.

As teorias, os estudos arqueológicos, antropológicos e históricos é que darão significado aos pontos localizados no espaço, ou seja, às coordenadas. À mesma maneira, culturas não são localizáveis no espaço, mas sim seus remanescentes que permaneceram na forma da materialidade. Em sítios históricos, a noção de zonas culturais torna-se ainda mais problemática, posto que é comum encontrarmos artefatos de diversas origens culturais devido à ampla circulação de diversos sujeitos históricos (Souza, 2022, p.24).

A fim de ordenar os dados utilizados, este artigo, que tem entre seus objetivos realizar uma cartografia dos sítios arqueológicos históricos do XVI e XVII ao redor da Baía de Guanabara, estabeleceu como limite espacial para mapeamento os municípios limítrofes ao corpo d'água da baía, que são: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Este limite foi escolhido por motivos históricos, dado o papel fundamental da Baía na época (Abreu, 2010a, p. 342).

Compreendendo que as feições urbanas e rurais do século XVI e XVII não correspondem às atuais e nem aos limites municipais contemporâneos, definiram-se para análise os municípios circundantes da baía. Logo, os sítios cadastrados que não correspondessem a este limite geográfico foram desconsiderados.

Como forma de obtenção de dados localizacionais e relativos à cronologia, foram realizadas consultas sistemáticas aos sítios cadastrados no website do CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) e SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), ambos do IPHAN. Estes bancos de dados foram escolhidos por serem websites próprios do IPHAN, nos quais constam os sítios registrados por pesquisas anteriores, fornecendo informações como coordenadas geográficas, cronologia, principais critérios utilizados para seleção dos sítios.

No que concerne ao recorte estabelecido, foram eliminados por cronologia os sítios pré-coloniais ou históricos que não correspondiam ao contexto temporal dos séculos XVI e XVII. Para tal, foram consultadas as fichas dos websites do SICG e CNSA, bem como os relatórios constantes no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN. Dada a ausência informações em alguns sítios cadastrados tanto no CNSA e SICG, frisa-se que os dados obtidos nos websites foram organizados de forma complementar; alguns dados como



descrição dos sítios, datações, cronologias, e até mesmo coordenadas geográficas nem sempre estavam presentes de forma sincrônica nos registros consultados, sobretudo nos mais antigos<sup>4</sup>.

Após a coleta dos dados, os sítios cuja localização era informada foram plotados vetorialmente. Obtidas as coordenadas no website do SICG, os sítios foram cartografados via SIG por meio do *software* QGIS versão 3.22. Para os fins aqui almejados, utilizou-se o Datum SIRGAS 2000, que é o sistema geodésico oficial do Brasil desde 2005, e a projeção UTM (Universal Transversa de Mercator). A plotagem se deu por meio de arquivos *shapefile*<sup>5</sup>, que foram obtidos no website do IBGE. Esses dados foram importados para o QGIS para a realização das plotagens em questão.

Os dados vetoriais foram categorizados em relação à sua datação, sendo agrupados sob uma mesma categoria os sítios do XVI e do XVII. Alguns sítios não puderam ser eliminados em função de ausência de informações devido a sua não identificação nos documentos, muitas vezes em função da insuficiência de pesquisas arqueológicas. Assim, foram categorizados como indeterminados, como apresentado na Figura 2. Os sítios foram cartografados para obtenção de sua geolocalização.

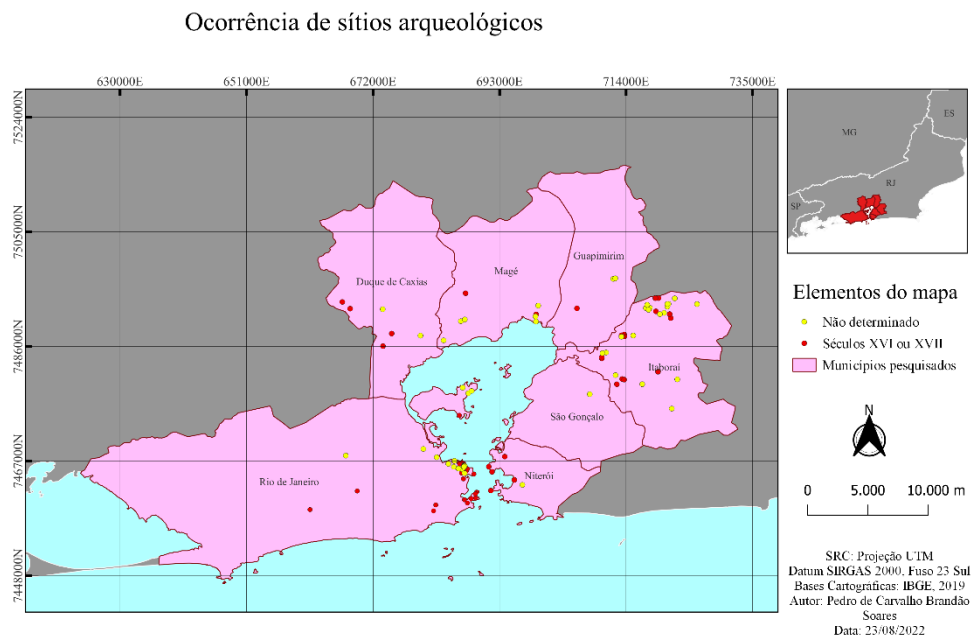


Figura 2. Plotagem vetorial dos sítios. Fonte: QGIS versão 3.22.

Para melhor visualização da região estudada por esta pesquisa, dados imagéticos foram elencados para que uma experiência mais interativa fosse alcançada. Para tal, fotografias de satélite de provenientes do *software* Google Earth PRO, versão 7.3.6, foram utilizadas para melhor representar na paisagem os sítios plotados (Figura 3). Esses dados georreferenciados foram divididos por tipologias baseadas nas fichas do IPHAN, incluindo tanto bens imóveis constantes nos registros do SICG como sítios.

<sup>4</sup> Muitas fichas de cadastro de sítio arqueológico existentes no IPHAN carecem de informações básicas.

<sup>5</sup> Os *shapefiles* são formatos de arquivos utilizados em *softwares* geoespaciais por conterem dados vetoriais de atributos geográficos.

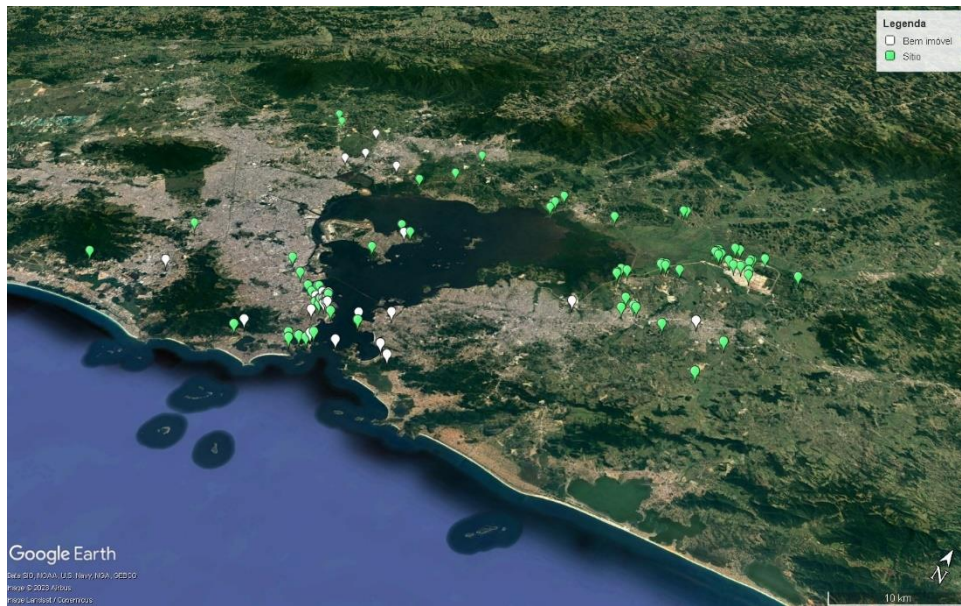


Figura 3. Plotagem imagética dos sítios arqueológicos e bens imóveis históricos relativos aos séculos XVI, XVII e de cronologia não determinada ao redor da Baía de Guanabara. Fonte: Google Earth PRO 2022.

#### CRUZAMENTO DE DADOS: PLOTAGENS X REPRESENTAÇÕES

Começaremos esta sessão debatendo sobre a dispersão urbana no contexto do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII. Conforme Raminelli (2008, p.17), o Império Português formava uma rede de territórios geograficamente descontínuos. Essa situação, no entanto, não era tão relevante, já que o maior interesse era a circulação mercantil. Não havia também uma constituição colonial unificada, variando conforme os contextos locais. Sobretudo, a América Portuguesa também não era um território unificado, estando restrito nos dois primeiros séculos à costa, sua paisagem semelhante à um fragmentado arquipélago. O comércio e a agricultura foram fatores importantes para o estabelecimento de uma rede de comando do império português.

Os mapas superexpostos parecem confirmar a proposição de Raminelli: além de restritos à costa, seja no Estado da Guanabara ou nas margens da Baía, as concentrações urbanas dos séculos XVI e XVII aparecem como arquipélagos, ilhas descontínuas na paisagem. Nesse caso, os dados arqueológicos e históricos parecem convergir. No mapa de João Teixeira Albernaz I (Figura 4), percebe-se que o lado Oeste da Baía, onde estava a cidade de São Sebastião, fora largamente representada, ao passo que o lado Leste conta com poucas imagens.

A carta de Reys-Boeck (Figura 5), cartógrafo holandês, chama atenção por seu traçado sombreado e representação acurada da cidade. De acordo com Teixeira (1975), foi ao longo do século XVII que a cidade passou a espriar-se para a várzea no sentido de leste a oeste. O autor aponta que a descida para a várzea se deu por meio de três ladeiras: a da Misericórdia, do Cotovelo e do Poço do Porteiro. Argumenta ainda que a região da várzea era balizada por quatro morros: de São Sebastião, São Bento, Conceição e Carmo. A carta do holandês, então, acerta na representação de uma cidade rodeada de morros e, novamente, pouco representa o lado leste da Baía, que soa quase sem importância a não ser pela representação da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. No lado oeste, pode-se supor uma área urbana relativamente reduzida, o que aponta para uma cidade em crescimento.

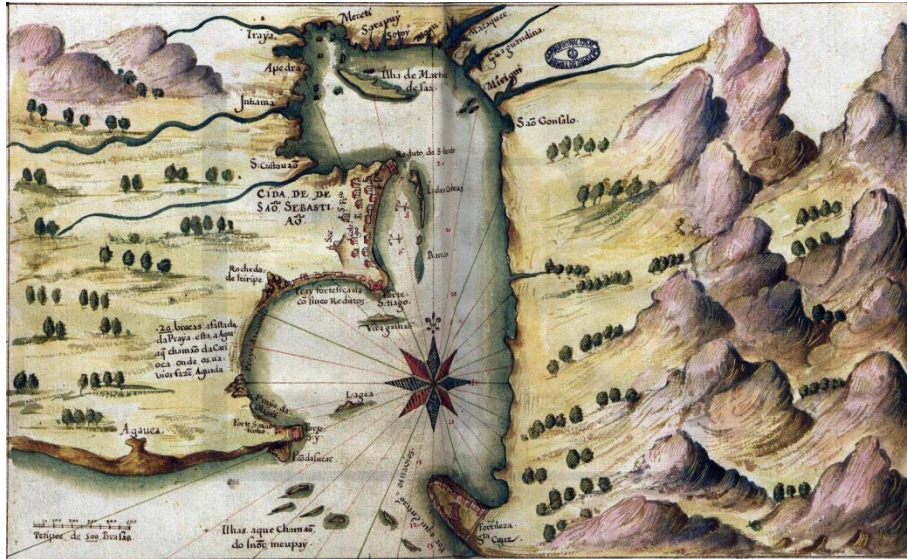


Figura 4. Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz vulgarmente denominado o Brasil, de João Teixeira Albernaz I, 1640. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162623>>. [cons. 24 out. 2023]

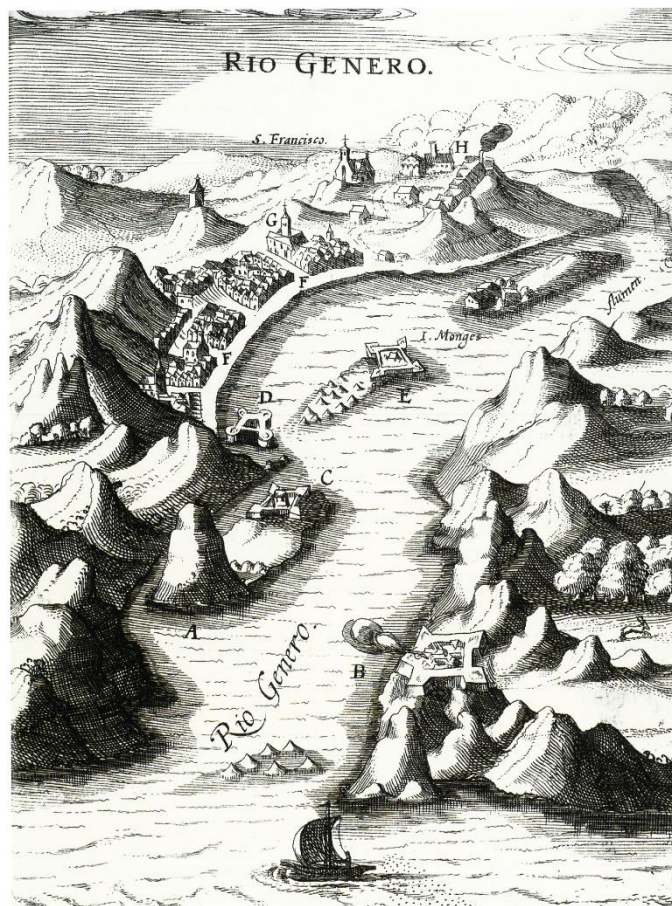


Figura 5. Reys-Boeck van het rijkje Brasilien... Reys-Boeck, 1624. Disponível em: <<https://www.hidrobiologia.ufjf.br/baia.html>>. [cons. 24 out. 2023]

Como forma de delimitar esta área, utilizemos a planta erroneamente creditada<sup>6</sup> ao Brigadeiro João Massé. A planta informa que a Fortaleza de São Sebastião está representada pela letra A. O convento de São Bento, pela letra M, o Morro da Conceição pela letra Q e finalmente o Convento de Santo Antônio pela letra T. Ora, se levarmos em conta a proposição de Teixeira (1975) da várzea balizada, pode-se supor que a área de ocupação da várzea da cidade tinha um formato losangular.

Comparar a acuidade de mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII com as imagens de satélite atuais não é o foco deste artigo por motivos já elencados. No entanto, o que chama atenção é a precisão da planta de 1713. Conforme Corrêa-Martins (2014) elucida, o Morro da Conceição abriga atualmente o Palácio Episcopal. O autor concorda com Teixeira (1975) ao discorrer que a cidade estava balizada pelos quatro morros previamente citados. Um polígono vermelho foi traçado como forma de facilitar a visualização dos elementos no mapa. Dessa forma, podemos comparar as imagens de satélite com a planta de 1713 e o podemos precisar com relativa segurança a localização da urbe, conforme apontado na Figura 7.

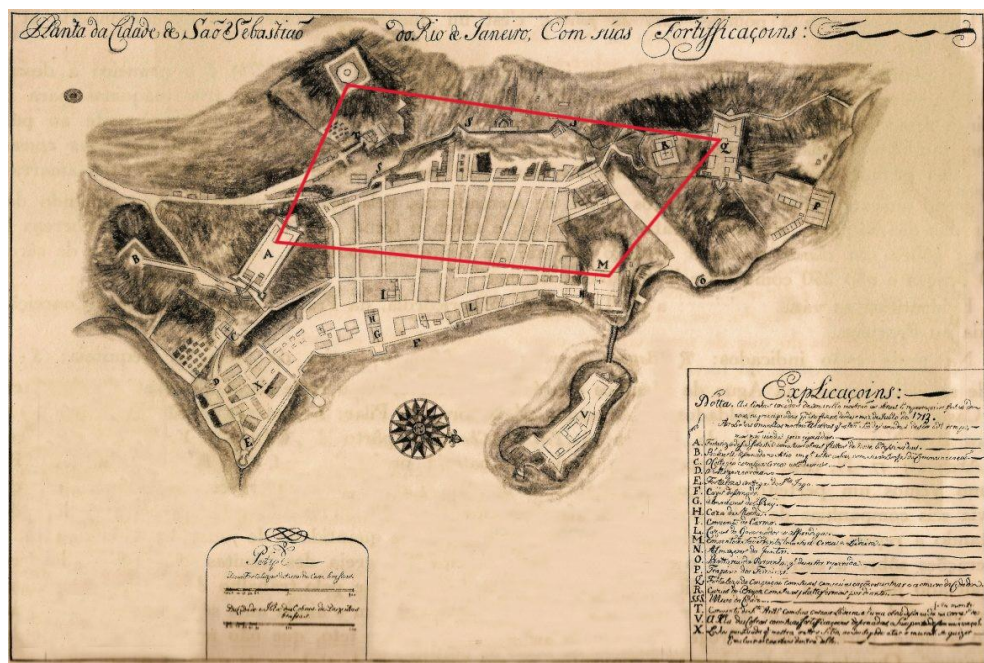


Figura 6. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com as suas Fortificações, 1713  
Retirado de Corrêa-Martins (2014).

Godoy, Silva e Menezes (2011) parecem concordar com a afirmação. Os autores delimitam a expansão urbana carioca até o século XVII na antiga “Rua da Vala”, atual Rua Uruguaiana (Teixeira, 1975). Todos os pesquisadores até aqui elencados parecem de acordo com a delimitação da cidade representada na Figura 6. Assim como Godoy *et al.* (2011) apontam, é somente no século XVIII que avança a ocupação citadina no sentido oeste devido às técnicas de drenagem de terreno e do estímulo proveniente da mineração em Minas Gerais. A Figura 8 representa a urbe carioca no século XIX e sua delimitação até o XVII, representada por um traço vermelho. Dessa forma, os limites da urbe apresentados parecem se encaixar com a planta de 1713, ou seja, entre os quatro morros previamente citados. Apesar de ser difícil precisar a localização exata do morro do

<sup>6</sup> Para mais, consultar Corrêa-Martins (2014).

Castelo, se levarmos em consideração que a Ladeira da Misericórdia era via principal para a ocupação inicial no morro supracitado, podemos também perceber um padrão losangular e relativamente delimitar a dispersão espacial até o XVII. Deparamo-nos, em suma, com uma cidade em expansão dada a questão aurífera.

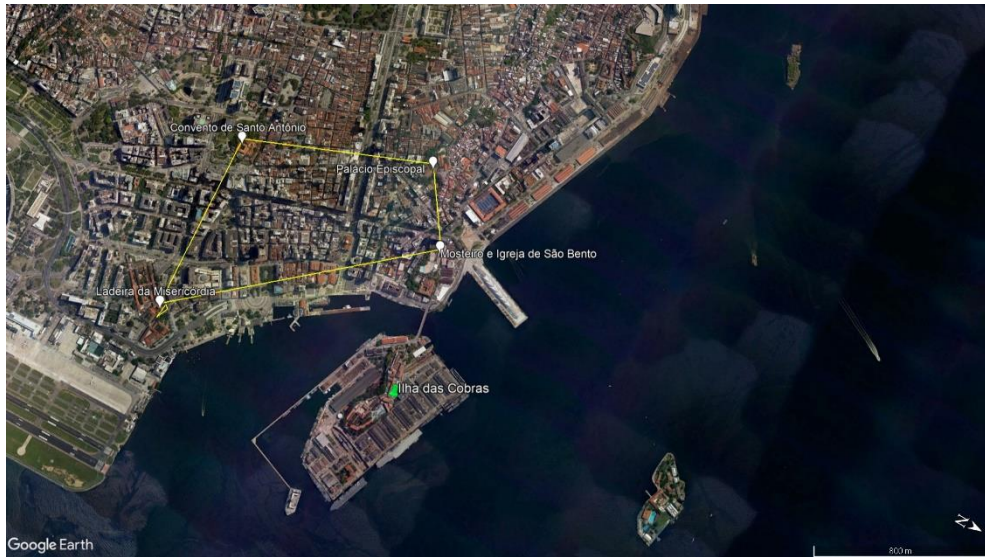


Figura 7. Plotagem imagética da delimitação da cidade no XVIII. Fonte: Google Earth PRO 2022.



Figura 8. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, de Paulo dos Santos Ferreira Souto, 1812. A linha vermelha delimita o limite da urbe até o início do século XVIII. Retirado de Godoy Silva e Menezes (2011).

## CONCLUSÕES

Confrontando a documentação, a historiografia e os registros arqueológicos, é possível, por meio da utilização de SIGs, realizarem-se análises espaciais. Através das fontes elencadas e dos mapas plotados, percebe-se que a maior quantidade de sítios arqueológicos registrados está localizada na capital do Rio de Janeiro. Em relação a esta proposição, um motivo pode ser suposto: a ocupação inicial dos portugueses na então futura cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Como Dunnell (1992, p.27) propôs, o sítio arqueológico é um fenômeno observado por um arqueólogo no presente, de eventos deposicionais. Assim, parece lógico supor que locais urbanos<sup>7</sup> e ocupados, terão maior quantidade de sítios registrados, posto a maior deposição de materiais no registro arqueológico. Regiões rurais, no caso, de canaviais e víveres, como tendia a ser a região Leste (Lamego, 1964) tenderão à menor deposição de material.

O contato inicial entre europeus e indígenas no Brasil ocorreu na região costeira. Dessa forma, as primeiras construções, estruturas e elementos apropriados da natureza e componentes das paisagens euro-indígenas do século XVI eram relacionadas às necessidades náuticas requeridas por este ambiente específico (Bava de Camargo, 2015, p.279). Além dos motivos previamente elencados, a cidade do Rio de Janeiro era importante porto comercial e contato entre colônia e metrópole. Bava de Camargo (2017, p.40) aponta que a palavra porto tem origem no latim *portus*, ou seja, que dá passagem [entre água e terra]. Sua situação portuária incluía, portanto, o Rio de Janeiro no comércio marítimo, seja açucareiro ou platino (Abreu, 2010b, p.20). Assim, a cidade era marcada por grande circulação populacional, superior às outras regiões como o fundo da Baía (região próxima ao atual município de Magé). Esta circulação poderia explicar também uma maior atividade deposicional e presença de estruturas ainda presentes.

Para concluir, é fundamental enfatizar a maior quantidade de sítios registrados no lado Oeste da Baía não se dá apenas pelos motivos supracitados. A cidade do Rio de Janeiro e sua melhor condição econômica contemporânea podem levar à uma maior demanda de investimentos e pesquisas do interesse público e privado pela região. Consequentemente, à uma maior quantidade de sítios arqueológicos registrados. Afinal, conforme o próprio Anchieta: “O Rio de Janeiro é a Capitania de El-Rei” (Anchieta, 1585/1933 p.419) e sua importância tem peso histórico.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, M. A. (2010a). *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol.1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Studio.
- Abreu, M. A. (2010b). *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Studio.
- Anchieta, J. (1933). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, 1554-1594*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Anschuetz, K. F., Wilshusen, R. H., & Scheick, C. L. (2001). An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*, 9(2), 157-211. doi: <https://doi.org/10.1023/a:1016621326415>.

---

<sup>7</sup> Próximos à Câmara, por exemplo.

- Ashmore, W. (2004). Social Archaeologies of Landscape. Em Meskell, L., & Preucel, R. W. (Orgs.). *A Companion to Social Archaeology* (pp. 255-271). Hoboken: Blackwell Publishing.
- Ashmore, W., & Knapp, B. (1999). *Archaeologies of Landscape*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Binford, L. R. (1962). Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, 28(2), 217-225. doi: <https://doi.org/10.2307/278380>.
- Black, J. (2005). *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: EDUSC.
- Buisseret, D. (2003). *The mapmaker's quest: depicting new worlds in Renaissance Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Bava de Camargo, P. F. (2014). Nautical Landscapes in the Sixteenth Century: An Archaeological Approach to the Coast of São Paulo (Brazil). Em Funari, P. P. A., & Senatore, M. X. (Eds.). *Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America* (pp. 279-296). Springer EBooks. doi: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-08069-7\\_15](https://doi.org/10.1007/978-3-319-08069-7_15)
- Câmara, G., & Monteiro, A. M. V. M. (2001). Conceitos básicos em ciência da geoinformação. Em Câmara, G., Davis, C., & Monteiro, A. M. V. (Eds.). *Introdução à ciência da geoinformação* (pp. 6-35). São José dos Campos: INPE.
- Câmara, G., & Medeiros, J. S. (1998). *Geoprocessamento para projetos ambientais*. São José dos Campos: INPE.
- Corrêa-Martins, F. J. (2014). Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao Brigadeiro João Massé. Em Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (Org.). *Anais do II Simpósio de Cartografia Histórica* (pp. 1-24). Tiradentes.
- Dunnell, R. (1992). The Notion Site. Em Rossignol, J., & Wandsnider, L. (Eds.). *Space, Time and Archaeological Landscapes* (pp.21-41). Lincoln: University of Nebraska.
- Gillings, M., Hacigüzeller, P., & Lock, G. R. (2020). Archaeology and Spatial Analysis. Em Gillings, M., Hacigüzeller, P., & Lock, G. R. (Eds.). *Archaeological spatial analysis: a methodological guide* (pp.1-16). London: Routledge.
- Godoy, V. F., Silva, A. F. G., & Menezes, P. M. L. (2011). Cartografia Histórica e navegação virtual do centro do Rio de Janeiro. Em Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (Org.). *Anais do I Simpósio de Cartografia Histórica* (pp. 1-16). Paraty.
- Hritz, C. (2014). Contributions of GIS and Satellite-based Remote Sensing to Landscape Archaeology in the Middle East. *Journal of Archaeological Research*, 22(3), 229-276. doi: <https://doi.org/10.1007/s10814-013-9072-2>.
- Kainz, W. (2020). Cartography and the others – aspects of a complicated relationship. *Geo-Spatial Information Science*, 23(1), p.52-60. doi: <https://doi.org/10.1080/10095020.2020.1718000>.
- Kvamme, K. L. (2006). There and back again: Revisiting Archaeological Locational Modeling. Em Mehrer, M., & Wescott, K. (Eds.). *GIS and Archaeological Site Location Modeling* (pp. 1-34). London: Taylor & Francis Group.
- Lamego, A. R. (1964). *O homem e a Guanabara*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lapaine, M., Midtbø, T., Gartner, G., Bandrova, T., Wang, T., & Shen, J. (2021). Definition of the Map. *Advances in Cartography and GIScience of the ICA*, 3, 1-6. doi: <https://doi.org/10.5194/ica-adv-3-9-2021>.
- Lyman, R. L., O'Brien, M. J., & Dunnell, R. C. (1997). *The Rise and Fall of Culture History*. New York: Springer Science & Business Media.
- Menezes, C. A. (2011). Alagoas de Marcgraf. *Anais do I Simpósio de Cartografia Histórica* (pp. 1-17). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Monmonier, M. (1991). *How to lie with maps*. Chicago: University Of Chicago Press.

- Raminelli, R. (2008). *Viagens ultramarinas*. São Paulo: Alameda.
- Rodrigues, A. C. C. (2010). O mundo em mudança: a cartografia renascentista no acervo da Biblioteca Nacional. Em Universidade de São Paulo (Org.). *3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia* (pp.1-11). São Paulo.
- Smith, A. (2007). *Spatial Stories: Mapping the Social Relations of Power on the 19th Century Ordnance Survey Maps of Ireland*. *ASA Conference: Thinking Through Tourism*. Londres: London Metropolitan University.
- Souza, M. A. T. (2022). Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos. Em Symanski, L. C. P., & Souza, M. A. T. (Eds.). *Arqueologia Histórica Brasileira* (pp. 21-46). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Teixeira, A. F. (1975). *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Tokmakidis, K., Kalyvioti, M.-E., & Nanakou, P. (2004). Geographic Information System Applied in Archaeological Site. *FIG WORKING WEEK 2004* (pp. 1-12).
- Wheatley, D., & Gillings, M. (2002). *Spatial technology and archaeology: the archaeological applications of GIS*. London: Taylor And Francis.
- Woodward, D. (2007). Cartography and the Renaissance: Continuity and Change. Em Woodward, D. (Ed.). *The History of Cartography* (pp. 3-24). Chicago: University of Chicago.